

VISIBILIDADE TRANS NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Wegton Silva Vidal¹

RESUMO: Resolução do Ministério da Educação (MEC) homologada no dia 17 de janeiro de 2018 autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. A mesma busca propagar o respeito e minimizar estatísticas de violência e abandono da escola em função de assédio, constrangimento e preconceitos. O nome social é aquele na qual as travestis, mulheres trans ou homens trans optaram por ser chamados, de acordo com sua identidade de gênero. Mas percebe-se que ainda há muitas mudanças para acontecer, tais como o uso de banheiros de acordo com sua identidade de gênero. Esse trabalho defende a visibilidade de travestis e transexuais no âmbito escolar, onde percebe-se a evasão muito grande desses alunos nas classes.

PALAVRAS-CHAVE: visibilidade; travestis; transexuais; educação; direitos.

TRANS VISIBILITY IN EDUCATION: A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF TRAVESTIS AND TRANSEXUALS IN THE CITY OF BELO HORIZONTE

ABSTRACT: Resolution of the Ministry of Education (MEC) approved on January 17, 2018 authorizes the use of the social name of transvestites and transsexuals in school records of basic education. The same seeks to propagate respect and minimize statistics of violence and abandonment of school due to harassment, embarrassment and prejudice. The social name is one in which transvestites, trans women or trans men choose to be called, according to their gender identity. But it is realized that there are still many changes to happen, such as the use of restrooms according to their gender identity. This work advocates the school inclusion of the diversity of transvestites and transsexuals in the school environment, where we can observe the very great dropout of these students in the classes.

KEYWORDS: inclusion; travestis; transsexuals; education; rights.

¹ Professor de Sociologia da Rede Estadual de Educação de Belo Horizonte. Pitágoras/Unopar. Agência financiadora: Pitágoras; Unopar; UFMG. Análise Sociológica de Travestis e Transexuais dentro do contexto escolar. E-mail: wegtonsilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Preconceito, exclusão, burocracia ao acesso escolar seja de forma acadêmica ou em escolas primárias torna-se um desafio para alunos e alunas travestis e transexuais de todo o país, algo que é natural para os alunos heterossexuais, torna-se traumático para os educandos travestis e transexuais assim gerando a evasão escolar e acadêmica dos mesmos, acarretando ao subemprego.

A pesquisa surgiu diante da necessidade e da inquietação de entender sociologicamente qual o processo ou barreiras que levaram e levam esses alunos a se ausentarem das salas de aulas em sua fundamentação na cidade de Belo Horizonte, assim essa análise busca questionar até onde o não acesso às escolas ou a evasão escolar de pessoas travestis e transexuais afetam suas vidas.

É notório um grande preconceito nas escolas e nas universidades aos alunos travestis e transexuais, devido aos discursos de ódio de alunos, pais e até de funcionários que levam à escassez ou a não permanência desses alunos nas classes. Desse modo precisa-se de alternativas e políticas públicas de visibilidade às pessoas Travestis e Transexuais, pois, se fizermos um comparativo com a população Gay a discriminação com as pessoas TT (Travestis e Transexuais) ainda é maior devido a sua Transmutação, seja nas classes ou em qualquer parte da sociedade, os mesmos sempre são colocados à margem da sociedade, assim gerando à não visibilidade.

A metodologia utilizada baseia-se em relatos, literaturas de artigos, interpretação de gráficos, enquetes em redes sociais e depoimentos de travestis e transexuais da cidade de Belo Horizonte no seu período escolar/acadêmico. Um dos objetivos dessa pesquisa/projeto é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de Nº 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social.

Esse artigo busca em si problematizar a questão das dificuldades e avanços no meio escolar e acadêmico de pessoas travestis e transexuais analisando seu contexto

e sendo explicitados entre linhas nessa pesquisa/projeto.

Assim tendo como público alvo, professores seja no setor escolar primário ou no meio acadêmico.

“Travestis e transexuais são pessoas que maculam os limites de gênero, que perguntam a heteronormatividade, aquela que tem como única matriz de legitimidade de corpos homens e corpos mulheres” (WARNER, 1993).

A portaria do uso do nome social em documentos escolares e acadêmicos é uma estratégia pioneira no Brasil de visibilidade, onde desse modo faz com que alunos e alunas transexuais e travestis se aproximem e retornem ao seu processo de escolarização. O cunho sociológico baseia-se nos escritos do Sociólogo brasileiro Richard Miskolci, Alexandre Bortolini e Luiz Mott.

Tal estratégia se configura para que esses alunos retornem para as classes, onde os mesmos são colocados à margem a partir de uma chamada escolar até o relacionamento com outros alunos e funcionários dessas instituições.

Segundo Parker: as pessoas que tem maiores dificuldades de continuar seu processo escolar e de inserção no mercado de trabalho são as travestis e os/as transexuais, seja pelo seu perfil físico (Transmutação) ou pelo preconceito (Homofobia). Os dados da evasão escolar de travestis e de transexuais são alarmantes, em consideração alguns dados referentes às pessoas trans e travestis no Brasil, em que 90% estão na prostituição e 82% não concluíram o Ensino Médio.

Pela não visibilidade nas escolas ou universidades, os mesmos deixam de estudar assim levando esses ao subemprego ou a prostituição, pela primeira causa a não ter escolaridade e a segunda pelas empresas não aceitarem como se vestem ou por não aceitarem sua orientação sexual.

Essa pesquisa/projeto busca levantar também medidas de visibilidade para que as pessoas TT, possam ser incluídas no âmbito educacional assim levando os mesmos a terem uma qualidade e expectativa de vida melhor, levando esses indivíduos a ser porta voz em uma sociedade tão homofóbica e desfavorável a essas classes.

2 PARADIGMAS DA VIOLÊNCIA CONTRA TT

Em pleno século XXI, onde muitos chamam do século da liberdade e das transformações, seja pelos fatores econômicos, sociais, políticos e culturais;

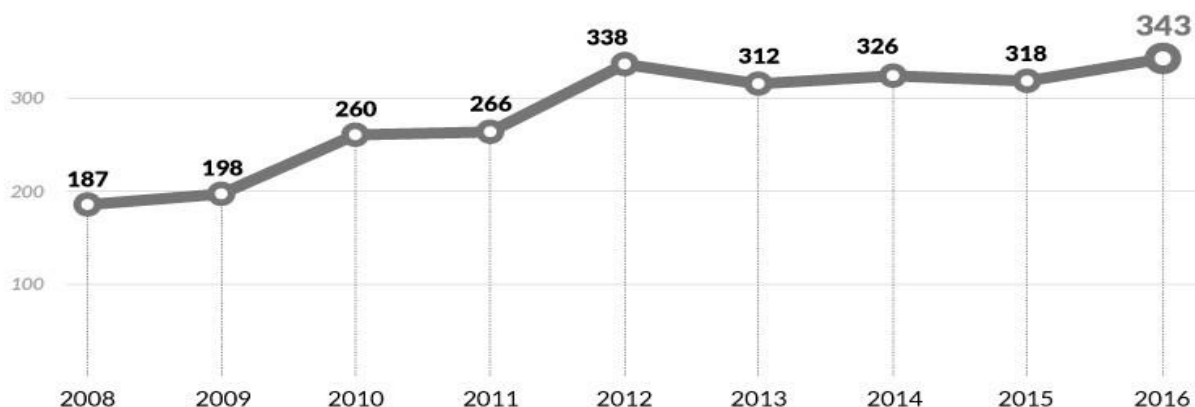
percebemos ainda a falta de políticas públicas sociais de valorização ao público de travestis e transexuais do Brasil, sendo esse um dos países com maiores índices de mortes de pessoas por homofobia, segundo o Jornal Estado de Minas só no ano de 2016 foram mortos cerca de 343 pessoas LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). O relatório é feito com base em notícias e informações que chegam ao conhecimento do grupo. A população de travestis e transexuais correspondeu a 42% das mortes, num total de 144 vítimas. De acordo com a organização, as pessoas trans são as mais vitimizadas. O risco de as mesmas serem assassinadas é 14 vezes maior em relação a gays.

2.1 Um recorte sobre a transfobia no Brasil

A presidente da Associação de Travestis do Ceará, Tina Rodrigues resalta maior cobrança e punição a essas pessoas homofóbicas, onde essas pessoas atrapalham a vida pessoal e profissional de travestis e transexuais a mesma requer oportunidade e visibilidade para o público TT.

Figura 1 Assassinatos da população LGBT no Brasil

ASSASSINATOS DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL



Fonte: disponível em: <http://www.publica.em.com.br>. Acesso em 2 mar. 2018

No Brasil um LGBTT morre a cada 19 horas de forma brutal e violenta segundo os dados do relatório do Grupo Gay da Bahia e dos dados do IBGE de 2010, nos mostra que a expectativa de uma travesti ou transexual no Brasil é de 35 anos, ou

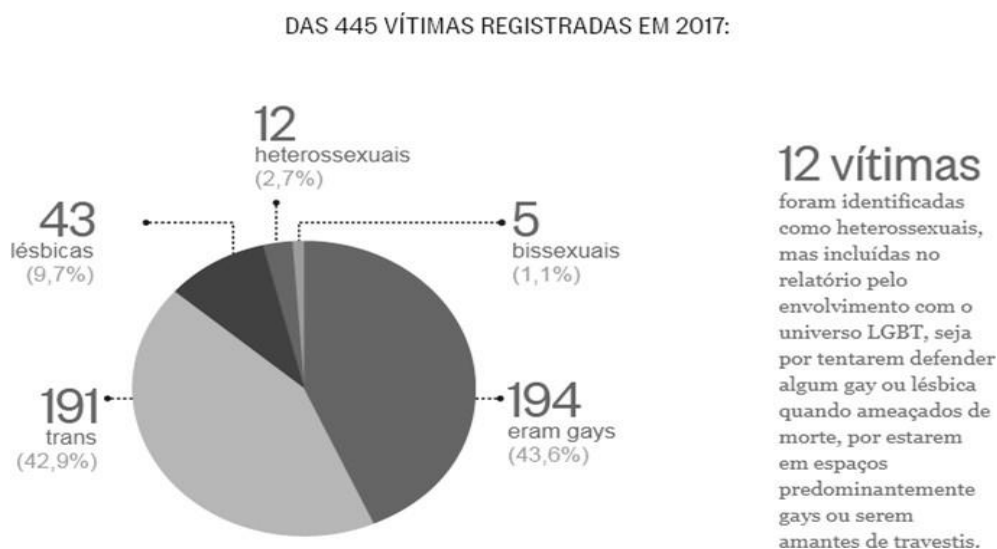
seja, menos da metade do restante da população que é de 75,5. A maior parte das violências a essas pessoas são de forma física levando ao homicídio, porém, percebe-se a negação de direitos que também se configura como um meio de violência ou de punição pela sua orientação sexual.

2.2 Dandara da luta ao luto

No dia 15 de fevereiro de 2017 um vídeo colocado em redes sociais, chocou a população brasileira e norte-americana. Dandara dos Santos de 42 anos, travesti, foi morta brutalmente por oito homens. Os mesmos não aceitavam a orientação sexual da vítima, na qual o crime foi configurado como homofobia.

A história de Dandara apenas reflete o que acontece com a maior parte das travestis e transexuais do Brasil, a mesma mostrou como é difícil ser um/uma TT na sociedade brasileira, sua morte fez com que o Brasil inteiro parasse por um momento e analisar a situação das travestis e transexuais no contexto atual. O gráfico abaixo nos mostra a realidade desses indivíduos:

Figura 2. Vítimas registradas em 2017

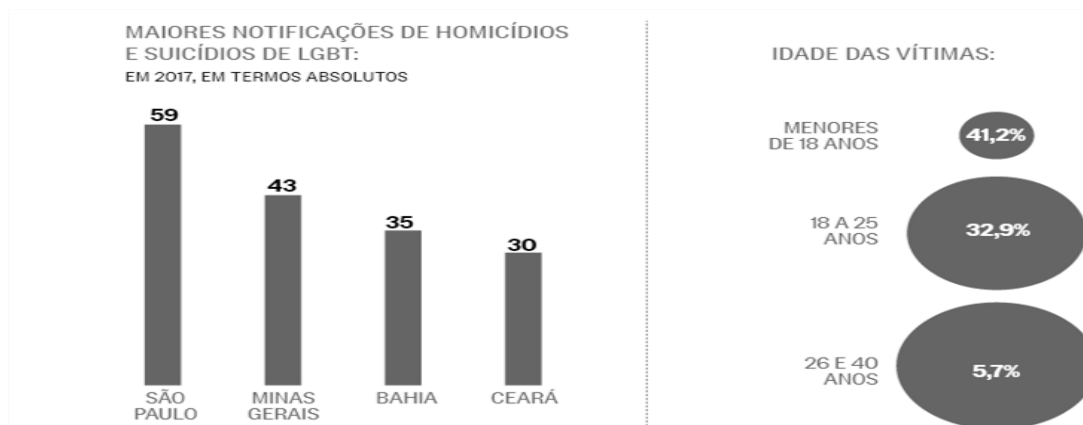


Fonte: Grupo Gay da Bahia. Acesso em: 8 mar. 2018

Os dados revelam que das 445 vítimas que foram registradas em 2017, 42,9 % são transexuais ou travestis, 43,6% são gays, esses dados são alarmantes e nos mostram a impunidade, pois ainda não existem políticas públicas que criminalizam a

homofobia. O Estado de Minas Gerais vem em segundo lugar em crimes contra pessoas GLBTT em primeiro o Estado de São Paulo, confira os dados abaixo:

Figura 3



Fonte: Grupo Gay da Bahia. Acesso em: 8 mar. 2018.

Observa-se que o crescimento de mortes de pessoas transexuais ou travestis aumentou cerca de 6% em cinco anos, comparando ao ano de 2012.

Sendo que em média o Brasil tem 20 milhões de Gays em contrapartida o mesmo possui cerca de 1 milhão de pessoas transexuais e travestis, ou seja, apenas 1% da população, assim vale ressaltar que um/uma travesti ou transexual tem 22 vezes á mais de chances de ser morto pela homofobia do que os gays. De acordo com o Relatório Mundial da *Transgender Europe*, de um total de 325 assassinatos de transgêneros registrados em 71 países entre 2016 e 2017, mais da metade (52%) ocorreram no Brasil sendo cerca de 171 mortes, seguido do México com 56 mortes e dos Estados Unidos com 25.

Da criminalização dessas 445 mortes, apenas 10% ressaltaram em abertura de investigação, ou seja, de 111 criminosos identificados, apenas 4 foram investigados e levados a punição.

Infelizmente a polícia ainda está despreparada para tal acontecimento, uma das possíveis soluções seria criminalizar a homofobia e acolher as pessoas travestis e transexuais dentro das delegacias de mulheres, reconhecendo sua identidade de gênero. Dandara passou o que a maior parte das TT passa, sem qualificação, foi colocada a margem da sociedade, Dandara não entrou no esquecimento e também

não apenas nas estatísticas e sim mostrou para o mundo como é viver em um país homofóbico e transfóbico. Mostrou que no Brasil pessoas travestis e transexuais são mortas pela sua orientação sexual e por sua identidade de gênero, são mortas apenas por ser quem são sem nenhum pesar apenas por “não adequarem a sociedade tradicional e formal”.

3 VISIBILIDADE TRANS

No dia 17 de fevereiro de 2018, o MEC (Ministério da Educação) homologou uma resolução onde alunos travestis e transexuais podem utilizar seu nome social em documentos escolares em todo território nacional, desde que o TT seja maior de 18 anos ou que seu representante legal assine em caso do aluno/aluna não tenha a maioridade.

Tais avanços ajudam a minimizar as dores passadas por travestis e transexuais dentro do processo de escolarização, seja no ensino primário ou nas universidades, assim havendo uma promoção social e a educação passa a não ser uma “negação” a esses indivíduos, combatendo o preconceito e o respeito às diferenças, minimizando a evasão escolar de alunos e alunas travestis e transexuais.

Essas diretrizes ajudam a combater a discriminação e o preconceito ligados a orientação sexual. A secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), no ano de 2016 revela dados alarmantes de casos de homofobia dentro do ambiente escolar, de acordo com os alunos entrevistados, 27% já sofreram algum tipo de agressão dentro da escola, desses 73% foram discriminados por causa de sua orientação sexual e 56% desses estudantes já foram assediados dentro do ambiente escolar.

Para que esses alunos sejam incluídos socialmente nas escolas, faz necessário políticas públicas de intervenção nesses espaços, capacitação de professores acerca da diversidade e da identidade de gênero. Pois, percebe-se o despreparo dos professores e gestores educacionais sobre essa temática, onde em sua maioria esses educadores fazem da sala de aula um lugar hostil e reprodutor das bases discriminatórias da sociedade em si. Ao invés de preparar esses alunos/alunas Travestis e Transexuais para a vida, dando a eles segurança em sua jornada, incluindo esses indivíduos dentro do ambiente escolar onde irá refletir na sociedade

que se encontram.

4 TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE BELO HORIZONTE: POR UMA EDUCAÇÃO SEM HOMOFOBIA

Hoje o que chamamos de Direitos Humanos, é uma construção sociológica de leis e direitos para o cidadão. A mesma surgiu da necessidade de criar leis universais para que uma pessoa tenha reconhecido em lei, direitos que são básicos necessários para ter uma vida com dignidade.

Porém, esses direitos são negados a todos os momentos para pessoas TT (Travestis e Transexuais), como por exemplo, estudar. Essas pessoas são forçadas a não permanecerem nas classes escolares devido à homofobia.

Segundo Mott (2009) os GLBTT representam apenas 10% da população, pois vivemos em uma sociedade machista, homofóbica e transfóbica. Onde a sociedade é extremamente heteronormativa em suas práticas. Em Belo Horizonte segundo os dados do (NUH) Núcleo de Direitos Humanos da UFMG, cerca de 96,4% dessa população já sofreu violência física e 46,8% já foram estupradas. De acordo com essa pesquisa a maior parte dessas populações é da cor/raça preta ou parda dando um total de 67,4% em uma pesquisa realizada com 141 TT, assim com a relação à identidade de gênero 61% são travestis e 27,7% são transexuais.

Percebe-se que a maior parte da população TT de Belo Horizonte é da cor preta ou parda, ou seja, fazem parte de outras minorias. O estudo aponta também que apenas 59,4% dessa população concluíram o Ensino Médio completo e 2,2% terminou um curso superior, ou seja, a cada 141 TT apenas 3 chegam a concluir uma universidade.

Sobre esses dados o que os impulsionaram a saírem das escolas foram ter sofrido preconceito com 18,2% e 9,9% por terem sofrido homofobia. Assim compreende que a discriminação e a homofobia são as percussoras desses alunos a evadirem às salas de aula de Belo Horizonte. Isso reflete na falta de visibilidade e de políticas públicas eficazes que façam seus direitos serem aplicados, vale ressaltar a compreensão que deve ter com esses alunos TT dentro do âmbito escolar e na sociedade.

4.1 Diálogo Sociológico

No dia 25 de fevereiro de 2018, realizou-se uma conversa via e-mail com a Walkiria La Roche, uma Transexual muito conhecida pela sua trajetória e suas lutas em Minas Gerais e Belo Horizonte. Nessa conversa fiz as seguintes perguntas:

Quais as principais barreiras que você teve ao enfrentar uma sala de aula? R: Contextualizando Época, os tempos eram outros e com total gerência Militar! Comprovada pelos uniformes, pela formação de filas e ritos afins? O preconceito era geral! Por parte dos alunos, dos Professores e da Diretoria/Gestão.

Em resumo, eu nunca conheci uma pessoa Trans como eu e muito menos travesti na escola, na minha geração. Assim percebe-se que a ausência das pessoas TT nas salas de aulas não é novidade, essas pessoas sempre foram hostilizadas e colocadas “fora das políticas públicas de inclusão”. Continuando nossa conversa Walkiria nos diz que ainda há poucos casos de pessoas TT nas escolas e universidades e raríssimos casos de conclusão de curso e de possibilidade na absorção do mercado comum de trabalho. Assim de modo fiz outro questionamento a mesma: Qual medida na sua opinião deveria ser feita para a inclusão e o acesso dessas pessoas a escola e ao ensino superior?

Por mais que a militância insista em cobrar “apenas” dos governantes, a mudança dar-se-á através da educação. No nosso país é cultural este alijamento das pessoas TT nas escolas, família, espaços públicos e privados. Fomos Marginalizadas por esta sociedade que usa o nosso mercado TT do sexo, mas atira pedras durante o dia nesse segmento especialmente.

Políticas Públicas de Inclusão tais como o Nome Social na Escola e na Saúde deram início a este novo cenário, que ainda é pouco frente à falta de Respeito. A inclusão do nome social é apenas o estopim dessa revolução e ainda é o mínimo que o governo dá as pessoas TT se compararmos que a homofobia ainda não é considerada crime. Entre as perguntas pedi para que Walkiria falasse um pouco de suas lutas, trajetória e trabalho. Ela diz o que acontece com a maioria das pessoas TT, fui expulsa de casa ainda na adolescência (lembrando que eram tempos “dinossáuricos”). Percebendo a hipocrisia da sociedade, que me assediava e me recebia na noite/boate (1 emprego), ainda menor de idade. Transformei minha revolta em militância, tornando-me Ativista dos Direitos Civis, presidi ONG em defesa das

pessoas TT, depois criei o Centro de Referência LGBT junto à PBH (Prefeitura de Belo Horizonte), órgão não institucionalizado à época; e por este trabalho vanguardista, fui indicada e nomeada diretora do CRGLBTTT/ MG no Governo de Minas Gerais, depois Coordenadora Especial de Políticas de Diversidade Sexual.

Tendo a oportunidade de criar o nome social em âmbito do poder executivo, de criar a primeira ala específica para gays e Travestis no Sistema prisional brasileiro, aqui em Minas Gerais. Dentre outros inúmeros trabalhos publicados no DOE (Diário Oficial do Estado de Minas Gerais). Sou atriz de Teatro e atuo também nas casas noturnas de Belo Horizonte.

4.2 Diversidade Sexual nas escolas por Alexandre Bortolini

Em tempos de uma sociedade hostil e homotransfóbica surge a necessidade de medidas cabíveis e políticas públicas para uma diversidade de alunos que chegam as escolas. Alexandre Bortolini é Mestre em Educação pela PUC-RIO, Coordenador do Projeto Diversidade Sexual na Escola da UFRJ, o mesmo criou cartilhas sobre a Diversidade Sexual nas Escolas, onde essa mesma foi distribuída em mais de 2 mil escolas públicas.

Segundo Bortolini (2011), Mesmo quando uma suposta tolerância ocorre na escola, pode ser recorrentemente investida de heteronormatividade, por exemplo: alunos(as) homossexuais são aceitos(as) no espaço escolar desde que “se comportem”, ou seja, desde que não expressem ou não aparentem, em nenhum momento, a sua sexualidade, devendo manter a sua homoafetividade totalmente reprimida e rejeitada nesse espaço de trânsito sociocultural que a escola deveria ser.

A escola que deveria ser um espaço diversificado e multicultural acaba sendo mais uma vez um lugar de reprodução da heteronormatividade oriundas da sociedade. Percebe-se que esses indivíduos para serem “aceitos” na escola, não podem ser como são, desse modo essas atitudes se configuram em repressão e não de aceitação dos mesmos no âmbito escolar, no que chamamos de homofobia velada.

4.3 Visibilidade Trans na Educação: Uma Análise Sociológica de Travestis e Transexuais da Cidade de Belo Horizonte

Na contramão da homofobia e da transfobia, pessoas TT resistem e buscam

mudar suas vidas na cidade de Belo Horizonte, onde por um lado às escolas regulares continuam em seu processo de exclusão, por outro lado abrem-se alternativas de recolocação das pessoas TT em contato com a educação e assim levando ao mercado de trabalho. Na contrapartida da homofobia, surge o Transvest um projeto em Belo Horizonte que atende cerca de 100 pessoas TT, suprimindo uma carência educacional e acolher de corpo e gênero as pessoas trans, o mesmo tem seu lado pedagógico e artístico, tornando o espaço escolar acolhedor, multicultural ao contrário dos espaços que observamos até aqui. Mas, ainda a sociedade tem muito que mudar e isso se faz necessário para hoje, pois:

Não adianta comemorar o cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos, se práticas injustas que excluem os homossexuais dos direitos básicos continuam ocorrendo. É preciso que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomem consciência e tenham percepção de que é necessário enfrentar essa situação de grave adversidade por que passam os integrantes deste grupo extremamente vulnerável. Ministro Celso Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal. (Declaração ao jornal O Estado de S. Paulo, em 5 de dezembro de 1998).

O Ministro acima chama a atenção dos governantes acerca dos direitos básicos como exemplo a educação, para as pessoas GLBTT. Se repararmos a data de publicação do jornal a luta por visibilidade dessas pessoas já vem sendo debatidas há muito tempo, muitos acham que a luta é apenas por nome social e por banheiros a mesma se configura em direitos e por liberdade o que são negadas às pessoas TT a todo o momento, desde a família até a sociedade.

Hoje um dos maiores empecilhos que se tem a cerca de fundamentar políticas públicas para as pessoas TT, está no governo de bancada evangélica ou de algum cunho religioso, por não aceitarem as práticas vivenciadas pelos GLBTT, desse modo esses governantes “se vestem de Deus” e acaba condenando essas pessoas a exclusão de qualquer esfera da sociedade.

Outrora a sociedade vem se sensibilizando e acreditando nessas pessoas e mudando suas vidas, inserindo-as no mercado de trabalho formal, nas escolas e principalmente nas universidades. Tais medidas em sua maioria são feitas por ONG's e Fundações não governamentais. Um grande exemplo é o site transempregos, onde o mesmo visa colocar as pessoas TT em um emprego formal, pois, devido ao não acesso a educação ou por falta de oportunidade no mercado de trabalho, a maioria das pessoas TT se prostituem por falta de recursos, uma pesquisa realizada

pela ANTRA (Associação nacional de travestis e transexuais), a qual mostra que 90% das travestis do Brasil encontram-se na prostituição.

Temos que entender que a ordem social e a ordem sexual são iguais, assim encontramos uma necessidade imediata de inclusão desses indivíduos nas classes primárias e acadêmicas para que haja uma expressão de igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se unirmos contra a homotransfobia nas escolas e universidades, trazendo um pertencimento às pessoas TT nesses espaços, a sociedade estará caminhando para a equidade e a legitimidade. Nesse sentido a educação tem que ser pioneira nas questões de igualdade e cidadania e que os alunos sejam reprodutores de uma sociedade justa e democrática.

Dessa forma esse trabalho se configura em trazer um novo olhar sobre as pessoas TT que por algum motivo abandonaram as classes escolares e assim não sendo representadas ativamente no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Apresenta informações sobre a defesa dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e as ações da ABGLT.** 2006. Disponível em: Acesso em: 09 mar. 2018.

AQUINO, G.J. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

AUTOBIOGRAFIA LUIZ MOTT. Disponível em: <https://luzmottblog.wordpress.com/sobre/auto-biografia/> Acesso em: 28 abr. 2018.

BORTOLINI, A.S. Diversidade sexual e de gênero na escola - Uma perspectiva Intercultural e Interrelacional. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM). , v.11, p.27 - 37

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB) de Nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 de março 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/welcome.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *In: Sociologias*. Porto Alegre: PPGS-UFRGS. N.21, 2009. _____. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. 1. 84p.

NUH UFMG GDE PROJETO TRANS. Disponível em: http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans Acesso em: 20 abril. 2018.

MELLO, Celso de. Declaração ao jornal O Estado de S. Paulo, em 5 de dezembro de 1998. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/mello-defende-uniao-de-homossexuais-111702.html>. Acesso em: 14 mar. 2018.

NUH UFMG PROJETO TRANS. **Projeto Trans**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/nuh/projeto-trans/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SANTOS, Andrea Paula dos. Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História. *In: Revista de História Regional*. 12(1): 101-129, Verão, 2007.

TRANSEMPREGOS. Disponível em: <http://www.transempregos.com.br/sobre.php> Acesso em: 24 mar. 2018.

TRANSVEST. Disponível em: <http://transvest.org>. Acesso em: 25 mar. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos**. Biblioteca Central. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1992. v. 2.

WARNER, Michael. **Fear of a Queer Planet**: queer politics and social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WORDPRESS. **Quem a Homotransfobia matou hoje?** Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/> Acesso em: 12 mar. 2018.